

Quinta-Feira, 27 de Agosto de 2026

Lideranças indígenas reconhecem atuação de Max Russi e defendem ampliação de espaço na ALMT

Inclusão

Redação

Lideranças de quatro povos indígenas de Mato Grosso reconheceram o trabalho liderado pelo presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Max Russi (Podemos), para ampliar a participação dos povos originários na construção de políticas públicas. O encontro ocorreu nesta terça-feira (25), na sala do Colégio de Líderes da ALMT.

Representantes dos povos Boe Bororo, Balatiponé, Haliti-Paresi e Nambikwara destacaram a criação da Câmara Setorial Temática (CST) da Saúde Indígena, iniciativa de Max que se tornou a primeira do gênero no Brasil.

Criada em 2025, a CST da Saúde Indígena encerrou seus trabalhos em julho deste ano, após cumprir o prazo regimental de um ano. A experiência, no entanto, abriu caminho para uma nova etapa. Para ampliar o espaço permanente de diálogo com os povos originários, Max propôs a criação da CST Indígena, que passa a discutir temas que vão além da saúde, como autonomia, geração de renda, empreendedorismo e etnoturismo.

Também participaram da reunião a presidente da CST Indígena, Paloma Velozo, e a diretora do Núcleo de Gestão Institucional e Assuntos Internacionais da ALMT, Taís Costa.

Indígenas destacam aproximação com a Assembleia

O cacique da Aldeia Galdino Pimentel, do povo Boe Bororo, Marcelo Manobaro, destacou o caráter inédito da aproximação promovida pela Assembleia. Segundo ele, a CST facilitou o acesso das lideranças ao Parlamento e abriu espaço para a apresentação das principais necessidades das aldeias.

“É a primeira vez que um presidente da Assembleia recebe a nossa etnia. Alguns de nós estão pela primeira vez aqui na Assembleia. Tudo isso começou também a partir do projeto do deputado Max, que foi a CST. Poucas pessoas acreditaram, mas nós fomos uma das etnias que abraçaram essa causa”, afirmou.

Manobaro ressaltou ainda que o espaço aproximou os caciques do Poder Legislativo. “Vimos que, por meio da criação da CST, ficou mais fácil para os caciques de todas as regiões levarem suas demandas e prioridades. É uma coisa que não tem preço e nós só temos a agradecer”, completou.

A presidente da Associação das Mulheres Boe Bororo, Gilmira Manoreru, também ressaltou a relação construída com o parlamentar. “Fico muito feliz em ouvir o deputado, porque vejo que ele realmente conhece a nossa realidade e está comprometido com a gente”, declarou.

Já o cacique-geral Ronildo, também do povo Boe Bororo apresentou uma série de demandas das comunidades e defendeu a continuidade dos instrumentos de participação indígena dentro do Legislativo. Assim como Marcio Monzilar, diretor da escola indígena do povo Balatiponé, que destacou a importância da CST para discutir a ampliação das ações na agricultura indígena e das oportunidades. A fala dos dois foi endossada por José Nambiquara Txyalikisu, dos povos Nambikwara e relator da CST Indígena.

“Em todos esses anos de existência da Assembleia, o povo indígena não teve uma referência aqui dentro. Que possamos avançar nesses instrumentos para garantir o acesso do nosso povo”, afirmou.

Além das demandas por políticas públicas, o encontro avançou sobre alternativas para fortalecer a autonomia econômica das comunidades. O líder e representante do etnoturismo dos povos Haliti-Paresi, Adylson Muzuywane, destacou o potencial da atividade para gerar renda e, ao mesmo tempo, contribuir com a preservação ambiental e cultural.

“O etnoturismo, além da oportunidade financeira, também ensina a preservar. Temos muito a ganhar com essa questão. E não são apenas os indígenas que se beneficiam, mas também os municípios e o Estado”, explicou.

Segundo Adylson, a nova CST pode ser um instrumento para transformar essas possibilidades em políticas públicas e ampliar o acesso das comunidades a oportunidades hoje pouco disponíveis. “É importante que os parlamentares entendam nossas demandas para que sejam construídas soluções satisfatórias para as nossas comunidades”, disse.

Durante a reunião, Max Russi agradeceu a confiança das lideranças e destacou que a Assembleia pretende ampliar a participação dos povos indígenas nas discussões sobre políticas públicas.

“Quero agradecer a confiança e a oportunidade. A vinda de vocês é muito importante para mim. Eu sempre digo que todas as grandes questões de Mato Grosso, em algum momento, passam pelo Parlamento. Por isso, trouxemos esse debate para dentro da Assembleia. Agora, precisamos ampliar esse trabalho, e ampliar bastante”, afirmou.

A presidente da CST, Paloma Velozo, também ressaltou que o trabalho desenvolvido ao longo do último ano fortaleceu a relação entre a Assembleia e os povos indígenas de Mato Grosso.

Segundo ela, a nova CST Indígena dará continuidade a essa aproximação, agora com uma atuação mais ampla. Entre as prioridades estão o fortalecimento do protagonismo dos povos originários, a autonomia das comunidades e a criação de alternativas para ampliar a independência econômica indígena.